



A HERANÇA E A ESPERANÇA

As Posições Revolucionárias de Luiz Carlos Prestes e a Revitalização e Organização da Luta pelo Socialismo.

"Eu sou otimista quanto ao futuro do socialismo no Brasil. Já temos uma classe operária numerosa, com um nível de consciência elevado. O que falta é organizá-la. Organizada, a classe operária será uma força invencível, que poderá levar o país ao socialismo. Não posso calcular um prazo que isto aconteça. Depende do surgimento de um partido revolucionário, que tenha uma concepção justa da revolução brasileira, com base na realidade nacional e não na abstração".

(Luiz Carlos Prestes - Lutas e Autocríticas, p. 216)

No atual quadro brasileiro a situação torna-se cada vez mais insustentável para os trabalhadores e para as massas populares. Agrava-se o problema da fome, da miséria, da falta de trabalho, da falta de moradia, da mortalidade infantil, da saúde e da educação, gerando uma realidade de degradação coletiva para a imensa maioria do nosso povo: a democracia em nossa terra continua sendo, como sempre, um privilégio dos ricos. Tudo isto é consequência do **regime capitalista sob dependência permanente**, dominante em nosso país, subordinado ao imperialismo e caracterizado por um padrão de hegemonia burguesa autocrático e excludente, agravado pela crise mundial do capital nas últimas décadas e sobretudo pela política reacionária da ditadura militar e dos seus continuadores: A "Nova República" de Sarney, o "Brasil Novo" de Collor e o consulado auto-proclamado "ético" de Itamar/Fernando Henrique Cardoso. Estes governos são **a continuidade**, adaptada a uma nova conjuntura, da **"transição prolongada"** (iniciada com a "distensão" de Geisel), onde a ditadura do grande capital busca reciclar-se, mantendo o "modelo econômico" implantado em 1964, o "poder militar" ou o "sistema tecnocrático-militar" intactos como garante dos interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros (enraizados em nossa estrutura sócio-econômica) e o latifúndio a eles profundamente ligado. O governo atual dominado pelo PFL de Toninho Malvadeza e pelo grupo de Fernando Henrique Cardoso, representa uma tentativa de reorganização deste padrão autocrático de dominação burguesa, buscando viabilizar uma "estabilização" pela qual a contra-revolução continuaria por novos meios, descarregando as dificuldades da crise do capital nas costas dos trabalhadores e garantindo os interesses e os lucros fabulosos dos grandes grupos monopolistas.

Diante da "supereleição" de outubro/novembro, este bloco reacionário movimentou-se rapidamente: conjugando demagogia, clientelismo, interferência do poder econômico e de toda máquina estatal, lança o chamado "plano FHC" ou "plano real", que acenando com a promessa de acabar com a inflação "para sempre" (objetivo de impossível realização sem as transformações estruturais radicais que há muito se tornaram necessárias no nosso país), procura ludibriar o povo no esforço de conquistar



os votos nas eleições de modo a manter e renovar o monopólio do poder pelas "elites tradicionais", assegurando os interesses de uma restrita minoria contra a grande maioria da nação. (Veja a análise da ofensiva neo-conservadora e os efeitos do plano real, no texto "Plano FHC e Consenso de Washington: A Estratégia Neo-Conservadora para o Brasil".)

Cabe reconhecer que, dispondo do mais descomunal e unânime apoio que a mídia já ofereceu a um candidato, a candidatura FHC vem, por enquanto, alcançando seus objetivos e grandes contingentes eleitorais do nosso povo, em particular as camadas médias urbanas, estão deixando-se enganar pela demagogia do Sr. Cardoso. (Apesar dos efeitos nefastos, para a economia nacional e para o nível de vida do povo, de sua política econômica, das inconsistências do plano e de seu efeito perverso imediato reduzindo o salário real dos trabalhadores que, segundo dados do DIEESE, divulgados em julho, desde a adoção da URV, sofreram perdas salariais que variam entre 27% e 47,5%, as quais deve-se acrescentar os 12% de inflação oficial acumulado até o final de agosto).

Enquanto isso, a desorientação, a vacilação e o oportunismo das lideranças de oposição com maior espaço na imprensa (Weffort, Roberto Freire, Genoíno, Mercadante e o próprio Lula), obcecados e ofuscados por uma perspectiva estreitamente eleitoreira do momento político, confundem "defesa da democracia" e a conciliação com o rígido esquema de "paz social" da burguesia e a despolitização das eleições, vergando perante a pressão conservadora que estigmatiza as posições democrático-populares, de modo a excluí-las das lutas políticas reais. Não apenas seus discursos estão esvaziados de qualquer conteúdo socialista (mesmo moderado), como em todos os temas importantes da luta política atual - da defesa do correto boicote das correntes democrático-radicalis na "revisão constitucional" exigida pelo FMI e pelos monopólios à questão das privatizações e da entrega do patrimônio público, da denúncia do criminoso acordo da dívida externa realizado por FHC à necessária crítica profunda de sua política econômica anti-popular e pró-imperialista, da qual o "plano real" é mais uma manifestação combinada com estelionato eleitoral - estas lideranças permanecem recuadas e por vezes manifestam plena concordância com a essência da política neo-conservadora, divergindo apenas nos detalhes.

Será que o povo é incapaz de impor aos de cima, queiram estes ou não, a vigência de seus direitos? Ou devemos buscar as causas das debilidades e aparente impotência atual no baixo nível de organização e mobilização dos trabalhadores, intrinsecamente ligados à ausência de uma esquerda ligada às massas e voltada para a construção de uma consciência social firmemente socialista?

A TRADIÇÃO DE LUTA DOS OPRIMIDOS

Para além do mesquinho horizonte burguês e das espertezas dos representantes das classes dominantes, há toda uma tradição de luta dos oprimidos: a grande tradição rebelde, democrática, revolucionária que constitui toda uma rica referência histórica, a



qual os grandes meios de comunicação e a historiografia conservadora procuram pasteurizar e apagar da memória coletiva do povo.

Na América Latina e Caribe, o exemplo de luta e de abnegação pela causa da libertação dos oprimidos e a mensagem rebelde de figuras como Zumbi, Bolívar, Toussaint-L'Ouverture no Haiti, Tupac Amaru nos Andes, Artigas no Uruguai, Camilo Torres na Colômbia, Emiliano Zapata no México, Sandino na Nicarágua, José Martí em Cuba, Farabundo Martí em El Salvador, José Carlos Mariátegui no Peru, inscrevem-se de modo profundo na história de seus povos: mesmo quando derrotados no seu tempo, permanecem como fonte vital constitutiva das lutas de libertação presentes.

É necessário compreender este passado para conhecer e transformar o presente. A função emancipadora desempenhada pelas realizações destas figuras - negros, indígenas, anti-escravistas, anti-colonialistas, anti-imperialistas, camponeses revolucionários, democratas radicais, comunistas - se enraízam na cultura popular, exercendo poderosa influência no modo pelo qual as classes populares tomam consciência dos conflitos sociais do presente e na orientação das ações práticas voltadas para a resolução destes conflitos. Pertencem, deste modo, ao presente, embora a eficácia de sua influência dependa dos ritmos das lutas de classes e da lucidez crítica com que os movimentos revolucionários das classes trabalhadoras e das massas populares se apropriam deste legado extraíndo dele aquilo que, sendo objetivamente verdadeiro, responde às nossas necessidades e serve à nossos fins, segundo as possibilidades reais que surgem no desenvolvimento sócio-histórico.

Esta tradição nacional-popular se funde com o programa e a cultura internacionalista marxista. A esperança e a racionalidade revolucionária, alimentada por esta tradição, funda-se também no conhecimento crítico-dialético do mundo atual, do capitalismo monopolista da nossa época e na análise científica das estruturas e contradições específicas de nossas sociedades. O marxismo - que ofereceu pela primeira vez uma fundamentação crítica-racional e uma base científica para o socialismo e para o movimento operário moderno - opõe-se irreconciliavelmente ao chauvinismo nacionalista (que afirma a nação como valor supremo ao qual todas as outras necessidades históricas, valores humanizadores e interesses sociais ficam subordinados). O internacionalismo marxista faz "prevalecer os interesses comuns do proletariado independente de nacionalidade", servindo à um sujeito histórico das lutas de emancipação que é ele mesmo internacional (o proletariado) em busca de fins universais concretos que só podem se realizar plenamente em escala mundial: a instauração da sociedade comunista como "sociedade humana" sem classes e sem exploração e opressão de nenhuma natureza. Diante da necessidade prática da nossa época de superar as relações sociais baseadas no capital, como condição da superação da auto-alienação humana e da dominação e exploração do homem pelo homem, Marx descobriu no movimento revolucionário real do proletariado moderno o elemento decisivo que torna concretamente possível o socialismo. Isto, não tanto pela classe operária não ter nada a perder (a não ser suas *cadeias*), mas pelo mundo humanizado que ela pode ganhar e constituir, em função, sobretudo, do lugar estratégico que ocupa no processo de produção e da capacidade que possui de adquirir um talento de organização



e coesão na ação e uma consciência revolucionária lúcida, sem medida comum com todas as classes do passado,(uma consciência de "classe universal concreta", de classe auto-superadora, na medida em que volta-se para a superação da existência das classes e da dominação de classes e portanto para a auto-abolição de sua própria condição de classe assalariada oprimida pelo capital). No entanto, o internacionalismo marxista não cultiva nenhum niilismo nacional. O marxismo não é um humanismo abstrato, não é um apelo direto à universalidade abstrata da humanidade que ignore as mediações objetivas de forças particulares, não apenas contraditórias, mas antagônicas, que constituem as relações reais no interior da atual sociedade globalizada dos homens. Trata-se de um humanismo concreto, que apoia-se nas tendências e possibilidades humanizadoras constituídas no próprio movimento histórico real. Toda verdadeira universalidade, numa sociedade de classes, é sempre mediada por forças sociais particulares: os propósitos revolucionários do mundo moderno ligam-se as causas estreitamente irmanadas da luta dos trabalhadores e dos povos oprimidos do mundo.

A distinção leninista clássica, entre o nacionalismo dos oprimidos e dos opressores, continua atual. O internacionalismo implica a igualdade de direito entre as nações e a auto-determinação dos povos. O marxismo, como expressão revolucionária teórica e prática do humanismo concreto, apoia as lutas de libertação das nações oprimidas, pois o verdadeiro comunista deve reagir contra toda agressão à dignidade e à felicidade dos seres humanos. O comunista considera os problemas da humanidade como problemas pessoais e consideram uma afronta pessoal qualquer manifestação de arbitrariedade e opressão, não importa em que lugar do mundo ela se produza.

O desenvolvimento do marxismo como força revolucionária real não podia limitar-se à contribuição dos clássicos de origem europeia. Se a herança de Marx, Engels e Lênin continua a fornecer a espinha dorsal - o método e a ontologia dialético-materialista, a concepção revolucionária da história, as descobertas teóricas centrais, os valores e alvos essenciais - os seus melhores continuadores, os marxistas criativos, não se limitaram a repeti-los, mas procuraram desenvolver o marxismo como força teórica e prática viva pondo-o em dia com as realidades históricas do presente. Trata-se de um processo de atualização, auto-aperfeiçoamento e auto-realização do socialismo revolucionário que busca converter-se em comunismo no enfrentamento de fecundas crises históricas que provocam "crises de criação" no marxismo: passando pelo crivo da práxis concreta e das complexas exigências das rebeliões e revoluções operárias e populares e os desafios das transições socialistas converte-se em história viva, simultaneamente em vários continentes e cresce no sentido de completar sua revolução teórica. Parte-se do legado teórico-metodológico dos clássicos para agarrar as particularidades de cada formação social, as especificidades concretas dos caminhos da revolução em cada país, alcançando-se descobertas teóricas novas, pois o aparato teórico não retorna do mergulho na particularidade idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece em novas determinações, fazendo crescer o teoria marxista enquanto "ciência humana" aberta, como sistematização universal do pensamento revolucionário, que se configura como a única força histórica de alcance universal no século XX. Por um lado, o marxismo deve assimilar e reelaborar tudo o que há de mais válido e avançado na cultura nacional e popular e nas tradições de lutas locais de cada país, apropriando-se



desta tradição, não de modo passivo, mas transformando-a e fazendo dela algo de próprio, que se incorpora à luta de alcance histórico mundial de uma revolução humana universal emancipadora, que tem como sujeito histórico planetário o proletariado e os explorados e oprimidos de todos os países. Por outro lado, torna-se evidente a verdadeira envergadura da tradição política e cultural dos oprimidos, que não limita-se ao seu decisivo e insubstituível papel nas lutas de libertação nacional, mas contribuem para enriquecer a cultura proletária internacional e o processo de humanização do homem (pois, como ensina a dialética, o universal concreto não é simples negação mas superação que conserva e integra, elevando a nível superior, toda a riqueza das particularidades).

Hoje em toda América Latina e Caribe, mesmo naqueles países de menores dimensões, com exceção de algumas colônias apenas, o capitalismo é o modo de produção dominante, mas se desenvolveu como capitalismo retardatário e dependente, com características cada vez mais acentuadas de capitalismo monopolista, em condições de associação crescente entre o grande capital estrangeiro e as burguesias nativas (que ao contrário da "teorização" importada do modelo das revoluções burguesas clássicas de uma suposta "burguesia nacional", não é uma força "progressista" e nem chega a ter um efetivo "projeto nacional", pois encontra-se profundamente associada ao imperialismo nos seus interesses, empresas negócios e políticas, agindo como cúmplice da crescente submissão de seus países ao capital estrangeiro). Em nossos países as burguesias nativas assumiram um caráter contra-revolucionário e pró-imperialista e vão se tornando cada vez mais conservadoras, induzidas por um contexto internacional, que não só as leva à "apertar os cintos" das classes populares, como também ao patrocínio de uma política que tende à limitação crescente das liberdades (e não à efetiva democratização), difundindo-se entre suas elites (mesmo entre intelectuais outrora progressistas), a idéia conformista do "melhorismo mínimo", a visão de que "a democracia" só poderia ser mantida na América Latina pela redução à expressão mínima das reivindicações, direitos, garantias, esperanças e protestos organizados das massas.

Quando falamos na tradição nacional-popular não nos referimos portanto à burguesia, aos setores acomodados e conservadores da nação, que capitulam perante o "consenso de Washington", agarrando-se à sua fatia na partilha do assalto pirata ao botim nacional. Falamos dos trabalhadores, dos explorados e excluídos, aos quais os demagogos e representantes militares, intelectuais e políticos da ordem sempre prometem, enganam e traem. Falamos da grande maioria oprimida que cultiva anseios ancestrais de justiça - por ter sofrido geração após geração - a injustiça, o desrespeito a zombaria e a discriminação. O povo que está cansado de "democracia de fachada", que não aceita mais a "democracia das elites para e pelos ricos", que anseia por uma democracia de massas para as massas, não apenas no plano político-formal, mas uma democracia econômica, social, cultural e educacional, de modo que os trabalhadores possam participar da vida política do país com peso, força e voz efetiva.

Ao contrário da lenda conservadora sobre a "apatia das massas", sobre uma suposta "brutalidade" e "ignorância" intrínseca às massas populares, os estudos crítico-científicos sobre a história dos movimentos dos trabalhadores e das grandes



manifestações de protesto popular revelam não apenas o inconformismo perante a opressão e exploração, como se traduzem pelo sincero entusiasmo e forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e concepção de mundo, pelos propósitos civilizatórios, pela participação militante tendo em vista a constituição de uma democracia mais efetiva e profunda, pela busca ardente por grandes e sábias transformações sociais humanizadoras e pela disposição de dar até a última gota de sangue para conseguí-las, quando acreditam em algo e sobretudo quando acreditam suficientemente em si mesmas.

Foi com uma lúcida confiança na capacidade de luta dos trabalhadores e das massas do povo brasileiro que LUIZ CARLOS PRESTES voltou ao Brasil em 1980, para lutar por suas idéias comunistas com valentia, definir seus princípios e expressar suas intenções com absoluta clareza. Dedicou seus últimos anos de vida à luta para organizar e desenvolver as pré-condições e os embriões para o surgimento de um partido revolucionário no Brasil: um partido comunista não apenas no seu nome, mas pela sua ideologia, estratégia e programa político, integridade moral de seus dirigentes, inserção nas massas trabalhadoras e prática cotidiana. Esta luta concretizou-se no combate frontal à ditadura militar e a seu projeto de auto-reforma "lenta gradual e segura" que hoje se prolonga no "constitucionalismo de fachada", na "democracia sob tutela militar permanente", na "democracia restrita" atual, onde apenas os ricos e suas elites tem assegurada a sua liberdade, enquanto a grande maioria do povo continua na miséria e sem a garantia dos mais elementares direitos humanos.

"NÃO HÁ VENTO FAVORÁVEL PARA QUEM NÃO SABE A QUE PORTO SE DIRIGE".

Em sua "Carta aos Comunistas" (março, 1980), Prestes rompia com o Comitê Central do PCB (núcleo da formação do atual PPS). Denunciava "os métodos mandonistas e o oportunismo, o carreirismo, o compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, a falta de princípios e a total ausência de democracia interna no funcionamento do PCB". Atacava as teses direitistas do C.C. e sua política de reboquismo em relação à burguesia, de conciliação com a ditadura e seu projeto de "abertura", de abdicação da luta pelo socialismo: "um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar de seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores". (Alfa-Omega, S.P., 1980, pp. 16 e 27).

Entre 1980 e 1990 este revolucionário com mais de 60 anos de atividade política, que resistira à todas as seduções e a toda a fúria repressiva dos donos do dinheiro e do poder, que submeteu-se a uma vida de sacrifícios exemplares, joga novamente toda a sua capacidade física e mental na organização do povo, embrenhando-se em um combate intenso e incansável onde se supera e cresce ainda mais como figura humana, como personalidade política e como agente histórico. Naquele momento, enquanto a esquerda se fragmentava e falsos "comunistas" renegavam e traíam seus compromissos e valores, Prestes "procurou atualizar sua compreensão objetiva do Brasil, seu conhecimento do



marxismo e sua atuação independente dentro do movimento operário e sindical". Corria o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, levando a todos o ardor das suas convicções revolucionárias, as explicações sobre as estruturas e processos essenciais da realidade brasileira obtidos através de longos e conscienciosos estudos, sua argúcia e prática de dirigente político capaz de ligar a lúcida análise da conjuntura concreta com a formulação de enérgicas diretrizes de ação e organização, respondendo aos problemas candentes do momento, a partir de uma sólida perspectiva proletária marxista, que entusiasmava os auditórios, reunindo velhos e jovens militantes. O Prestes da "última etapa" não era uma repetição do rebelde democrata-radical e anti-oligárquico da Coluna ou do Secretário Geral do PCB, que o povo do Rio de Janeiro elegeu senador-constituente em 1945: "Surge um Prestes arquetipo, infundindo vitalidade à esperança dos trabalhadores livres e semi livres ou dos jovens estudantes, todos desesperados e desorientados, sem ver esperança individual e coletiva para si e para o Brasil. A revolução socialista, formulada como a 'única via' da liberdade, da igualdade e da democracia da maioria, é posta no eixo da auto emancipação das classes trabalhadoras e das massas populares excluídas. Este discurso ultra-radical encontrou ressonância mesmo entre seus detratores e inimigos. E originou uma sólida confiança nos de baixo em sua capacidade de ação - de criar uma sociedade nova, digna de inspirar os brasileiros a tomar em suas mãos a democratização do país e do Estado. Essa esperança transcendeu o seu percurso solitário, foi além das fronteiras dos militantes e simpatizantes do seu ideário político e representa a principal herança por ele deixada ao movimento operário, sindical e partidário de orientação firmemente socialista." (Florestan Fernandes - "O herói sem mito", Folha de SP, 08/03/90).

Certamente a figura histórica de Prestes está "a espera de um grande biógrafo", capaz de reconstruir sua trajetória com a independência crítica e a objetividade explicativa e analítica exigida pela perspectiva científica-dialética (o que não se confunde com a pretensa "neutralidade" ou "indiferença" positivista), associada com um compromisso firme e apaixonado com o socialismo sem o qual o historiador não seria capaz de compreender a biografia de Prestes. Nada está mais longe de nossa intenção do que cultivar qualquer mitificação ou culto a Prestes. Ele foi o mais destacado líder revolucionário da história do Brasil, mas para absorver tudo o que é vital do caráter heróico e exemplar de sua vida de lutas e do seu pensamento revolucionário é necessário separar aquilo que tem valor objetivo e duradouro para a revolução brasileira e a construção de uma sociedade humana e aquilo que reflete apenas os dilemas da absorção do marxismo nas condições do atraso cultural brasileiro e da hegemonia internacional do stalinismo no movimento revolucionário, as situações transitórias, as hesitações ou erros de julgamento. Certamente cometeu muitos erros, mas só não erra quem não faz nada (o que é o maior dos erros). É na descoberta e correção dos erros que se afirmam conhecimentos progressivamente verdadeiros, pois mesmo o melhor saber é sempre uma verdade relativa, uma aproximação em busca de um conhecimento cada vez mais concreto, uma reprodução o mais adequada possível das complexas estruturas, relações, processos, conexões da realidade existente em si, E como em toda verdadeira ciência, particularmente na ciência sócio-histórico, a teoria é inseparável da prática, pois a prática política revolucionária transforma a realidade constituindo seu próprio quadro de "verdade objetiva" e seu próprio padrão de



exigências cada vez mais amplas quanto à retificação prática e teórica dos erros. Prestes nunca se eximiu de sua parcela de responsabilidade nos erros do PCB e em geral das "esquerdas" no Brasil. Tomou a iniciativa de tornar público uma profunda autocrítica, procurando assim, contribuir para a revitalização do marxismo, para o avanço da luta pelo socialismo em nosso país e para a reorganização do movimento comunista e do partido comunista. Neste breve artigo, vamos nos limitar a algumas considerações introdutórias sobre a importância do combate conduzido por Prestes durante o último período de sua vida, que tem sido, até o presente, largamente subestimado.

Sem ser niilista quanto à história do PCB e das "esquerdas", nem negar a importância de todo um passado de lutas em que os comunistas sempre estiveram nas primeiras fileiras de todas as lutas democráticas em nosso país e sempre foram as principais vítimas da repressão e do fascismo, Prestes procura apontar, em sua autocrítica, aquilo que houve de fundamentalmente errado nesta história e que precisa ser rejeitado e corrigido. Desde sua fundação em 1922, o PCB, conduziu-se por uma estratégia equivocada. Condicionado pelo atraso cultural da sociedade brasileira pelo débil conhecimento do marxismo, pela profunda deficiência de conhecimento científico da realidade latino-americana e das particularidades do desenvolvimento do capitalismo e da revolução burguesa no Brasil, o PCB conduziu-se pela cópia dogmática de modelos e esquemas elaborados em outros países e para situações diferentes. Em particular, a aceitação acrítica e passiva das "Teses sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semicolônias" do VI Congresso da Internacional Comunista (realizado em 1928), que estavam impregnadas de dogmatismos e esquematismos e foram elaboradas tendo em vista países asiáticos e africanos, desorientou o estudo do processo real de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O partido passou a identificar a situação no campo com um suposto feudalismo, que juntamente com o imperialismo, desempenhariam o papel de entraves ao desenvolvimento do capitalismo. O PCB não compreendeu o fenômeno do capitalismo dependente e elaborou uma falsa visão estratégica de "revolução democrático-burguesa", "anti-feudal" e "anti-imperialista", com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Enquanto na realidade, como demonstram os trabalhos do cientista social marxista Florestan Fernandes, não só nunca houve feudalismo no Brasil (o que Caio Prado Junior já havia apontado), não só já havia a dominância do modo de produção capitalista desde o final do século passado, como a dominação imperialista em países capitalistas dependentes como o Brasil longe de representar um entrave ao capitalismo, propiciava uma aceleração no seu desenvolvimento dependente, conservando e utilizando para isto estruturas e relações sociais não-capitalistas que auxiliavam a acumulação interna da burguesia nativa. Trata-se de uma estratégia de direita, que buscava desenvolver o capitalismo (objetivo já ultrapassado pelo próprio processo de desenvolvimento histórico do Brasil) ou que separava de modo mecânico a luta anti-imperialista da luta anti-capitalista, alimentando a ilusão de trazer para o Brasil um "outro tipo de capitalismo", "não-selvagem, independente e democrático". Não se compreendia que o único capitalismo possível em países que fizeram revoluções burguesas retardatárias, em países como o Brasil onde a transformação capitalista se deu sem revolução nacional e democrática, é o capitalismo dependente associado aos monopólios estrangeiros, que segue uma via selvagem e autocrática (trazendo embutidas tendências fascistas, ocultas



e mascaradas, mas nem por isto menos presentes e perigosas), com um padrão de hegemonia burguesa marcado por um caráter repressivo muito duro e desnudado e pela exclusão e superexploração das massas trabalhadoras. Liquidar a dominação imperialista seria dar um golpe de morte no capitalismo, jamais contribuir para o seu desenvolvimento.

A continuidade de uma concepção estratégica falsa e de direita, teria que acarretar táticas também errôneas. Não obstante as "viradas táticas" (do esquerdismo voluntarista caracterizado pela repetição de frases e propostas de formas de luta extremadas sem consideração pelas circunstâncias objetivas à práticas direitistas de conciliação de classes, de subestimação do trabalho de organização junto às grandes concentrações operárias, de ilusões constitucionistas e cretinismo parlamentar e eleitoreiro), os erros cometidos ao nível da orientação traçadas para as lutas imediatas e a lentidão na correção destes erros decorriam sobretudo da ausência de uma estratégia adequada. Tal falta levou o PCB ao debilitamento orgânico e a fragmentação, pesando ainda sobre "as esquerdas" como principal carência responsável pela confusão e pelos descaminhos atuais. Ora, se nos primeiros decênios de existência do PCB, o desconhecimento da realidade brasileira era compreensível, ele tornou-se injustificável nas décadas recentes, pois desde os anos 60 vem se desenvolvendo e amadurecendo uma importante produção científico-cultural própria sobre a especificidade do nosso país, de análise e interpretação de sua história, de sua realidade econômico-social, política e cultural. Estes trabalhos podem servir de base para o desenvolvimento de uma interpretação correta das reais contradições do capitalismo monopolista dependente que hoje se desenvolve no Brasil e para a elaboração de uma estratégia que, respondendo a esta realidade, tenha condições de mobilizar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras para a luta pelo socialismo.

A contribuição de Prestes para a elaboração de uma estratégia dos comunistas para o Brasil de hoje é a de alguém que meditava sobre tarefas políticas como dirigente político revolucionário e a questão do poder é a questão central de toda revolução. A única alternativa real ao capitalismo existente no Brasil é o caminho da liquidação da supremacia social e do poder político dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio a eles profundamente ligado, rompendo a dependência através de uma revolução das forças anti-monopolistas, que instaure um poder popular, onde o crescimento da economia seja voltado para elevação do nível de vida das massas, abrindo caminho para o socialismo. No entanto, se nas condições brasileiras atuais, já nenhum grande problema - como por exemplo, o da terra, o da fome das massas de dezenas de milhões, o da miséria crônica e crescente, o do analfabetismo, o da educação e saúde pública - pode ser solucionados enquanto perdurar o capitalismo, sendo indispensável a luta pela revolução socialista, ou melhor, pela instauração do poder de um bloco de forças anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária que abra caminho para o socialismo, também sabemos que a revolução não pode se realizar quando se quer. Ela só poderá eclodir e ser vitoriosa quando existirem condições objetivas e subjetivas indispensáveis para o seu sucesso. Se crescem cada vez mais as condições objetivas e os operários e trabalhadores livres e semi-livres, urbanos ou da terra, aumentarem em número, em nível de consciência e capacidade de organização, se já podem travar suas lutas com



independência e não se encontram isolados - encontrando vários aliados que querem combater o grande capital, o imperialismo e o latifúndio e quebrar a prepotência dos poderosos - estamos longe da indispensável consciência socialista, do nível de organização e unidade da esmagadora maioria da classe operária, faltando-nos ainda um partido revolucionário efetivamente ligado às massas trabalhadoras e populares.

O principal legado da última fase da vida revolucionária de Prestes foi a produção de um conhecimento político prático-teórico, bem como uma prática política correspondente em termos da elaboração de ***uma estratégia revolucionária pensada em intrínseca unidade com uma estratégia de construção de uma organização revolucionária adequada às necessidades da revolução brasileira.***

O radicalismo de Prestes tinha um calibre maduro: se objetivava numa atuação referida às circunstâncias concretas da luta para derrubar a ditadura e destruir a autocracia burguesa (luta contra o projeto militar-tecnocrático de auto-reforma da ditadura, através da “transição permanente” que não transita para uma democracia burguesa de “participação ampliada” mas para a “constitucionalização” e “legitimação” da chamada “democracia forte” sob a tutela militar, mantendo o monopólio burguês do poder político e uma sociedade civil fechada aos “de baixo”) e à busca de um contato íntimo com o modo de vida, os problemas e as possibilidades reais das classes trabalhadoras. Este ***realismo fundamental***, que marca sua vinculação com a luta de classes nas condições concretas existentes, associa-se a uma firme e rigorosa ***ótica comunista*** da luta de classes, relacionando diretamente as tarefas exigidas como resposta às condições materiais de vida, às situações de interesse e aos alvos políticos imediatos ou de médio e longo prazo das classes trabalhadoras com os requisitos ideológicos, políticos e organizativos do socialismo revolucionário. Sem uma clara absorção do socialismo o movimento operário fica desarmado politicamente e condena-se a não ultrapassar a “revolução dentro da ordem” (o alargamento da ordem burguesa pela luta das classes trabalhadoras) e isto, ainda de modo incerto e difícil, numa época em que a crise de âmbito mundial do capital coincide com o fortalecimento sem precedentes da contra-revolução preventiva. Daí que, hoje, mais ainda do que na época de Lênin, são limitadas as possibilidades da luta espontânea e economocista no âmbito da “consciência tradeunionista”: na luta pela sua libertação a classe operária não pode prescindir de uma teoria revolucionária. Quaisquer que sejam as limitações e debilidades concretas do movimento operário a serem superadas paulatinamente, uma vez ultrapassada a constituição da classe em si, a versão proletária e revolucionária do socialismo (com seu fundamento teórico nos conhecimentos produzidos pela ciência sócio-histórica marxista) abre às classes trabalhadoras uma projeção histórica do futuro de larga duração e lhes confere firmeza no modo de encarar e pôr em prática suas tarefas políticas fundamentais, introduzindo-as em seu universo de disputa pelo poder. A mesma teoria que prevê certas tendências fundamentais, oscilações e várias gradações necessárias às diversas fases sucessivas em que se desdobra a conquista de um espaço político independente dentro da ordem (impondo um alargamento e uma transformação operária da democracia burguesa) e/ou, mais cedo ou mais tarde, a conquista do poder político com a formação de uma forma específica de democracia (a democracia operária), a transição para o socialismo e a extinção da sociedade civil (isto é, da



existência das classes, da dominação de classe, das instituições alienadas) e do Estado, prescreve a necessidade do conhecimento mais exato possível do “potencial de luta de classes” na cena histórica concreta, do que este representa para o desencadeamento das tarefas políticas das classes trabalhadoras e a conversão de tais tarefas em **programas de partido**. Tais programas devem ser **programas para valer** (e não o “maracanã” abstrato dos programas da burguesia ilustrada). Devem corresponder à capacidade de pressão organizada dos setores mais avançados das classes trabalhadoras (incluindo o poder relativo de seus aliados) e necessitam ser acompanhados de formas de educação política e ideológica e técnicas de organização, propaganda e agitação adequadas.

Tudo isto exige a formação de um partido de vanguarda que acompanhe com velocidade o fluxo histórico da revolução: uma organização maleável e forte, que deve movimentar bases, quadros e dirigentes educados politicamente para realizar tarefas táticas e estratégicas decorrentes do programa partidário, sendo que a própria elaboração e progressivo aperfeiçoamento coletivo deste programa deve contribuir para moldar uma disciplina sólida, fundada no controle democraticamente centralizado do partido em todos os níveis. Todos estes traços são vitais para que este partido possa estar a altura de cumprir suas funções como instrumento de luta do proletariado, como **meio** para concentrar a força política e dar maior eficácia na luta para as classes trabalhadoras atingir seus **fins** coletivos de liberação e auto-emancipação. De volta ao Brasil, Prestes se defrontou com a inexistência do tipo de partido adequado às tarefas do proletariado na situação histórica brasileira atual, do tipo de partido capaz de combinar classe e massa, capaz de organizar a capacidade de ação política do setor mais avançado da classe operária e de articulá-la com os setores menos avançados das classes trabalhadoras e com a massa errante e diversificada de excluídos, que unidos e organizados formariam juntos uma força social capaz de mudar o destino do Brasil em poucos anos.

Os problemas do “por onde começar?” e do “que fazer?” tinham que ser definidos a partir da natureza da situação histórica brasileira. Com o otimismo determinado pelo conhecimento confiante na capacidade de luta dos trabalhadores brasileiros, pela paixão comunista de transformação humanizadora do mundo e com realismo determinado pela razão dialética e madura experiência de revolucionário, Prestes - após 9 anos de prisão, 18 de clandestinidade e 17 de exílio - volta ao Brasil encontrando **um ponto de partida muito promissor**. Sua análise fundamenta-se não apenas no **plano histórico superficial**, em que a reciclagem da contra-revolução permitia às classes dominantes manobrar, com amplas possibilidades de sucesso a curto e médio prazos, para “cooptar por partes” as forças opositoras e absorver as pressões radicais de baixo para cima, neutralizando-as dentro da ordem. Escava o **plano histórico mais profundo**, em que estas mesmas pressões radicais revelam-se como resultado de uma longa acumulação de forças onde a classe operária completou sua formação como classe em si, onde os vários momentos de transformação do modo de produção capitalista e da organização da formação social brasileira ligam-se entre si, estrutural e historicamente, transformando o regime de classes de modo a localizar as classes subalternas numa situação de confronto mais forte. Apesar das descontinuidades do movimento operário e dos partidos populares e socialistas, apesar da secular pressão da autocracia burguesa



radicalizada pela ditadura militar aberta, surge na luta contra a ditadura um novo tipo de presença da classe operária na sociedade civil nacional, transformando o padrão de relação das classes trabalhadoras com as classes burguesas e isto não por algum tempo, mas por todo o tempo em que durar o capitalismo no Brasil.

As pressões de baixo para cima vieram para ficar e para se converter em elementos de transformação da ordem vigente. Elas são medularmente anti-capitalistas, oferecendo, pela primeira vez na história do Brasil, **um lastro sólido para a existência e o crescimento de um grande partido socialista revolucionário de base operária**. Estas pressões radicais ainda são espontâneas e incipientes, mas rasgam dentro da ordem um espaço político próprio especificamente operário e popular, que pode converter-se em base de sustentação e irradiação de um forte movimento revolucionário democrático, anti-imperialista e socialista, desde que o impulso espontâneo transforme-se em atividades de classe orgânica. Se não surgir ao menos um partido operário especificamente socialista revolucionário, com estratégia e programa adequados, que sature este espaço, é quase certo que o impulso espontâneo do movimento operário será insuficiente para transformar as pressões radicais de baixo para cima num movimento revolucionário organizado e maduro, que desate o processo socialista que está incubado nas classes trabalhadoras e nas massas populares.

O importante é não confundir um começo magro com um ponto zero. Não convém partir de suposições ideais, tampouco de modelos, mas basear-se no ponto de partida real, considerando as condições concretas de formação do partido proletário revolucionário em relação com as transformações das estruturas sociais, com as novas configurações dos conflitos de classe, as formas tradicionais e as novas formas que conformam grupos de resistência à exploração, enfim, na análise dos dinamismos econômicos, sócio-culturais e políticos que estão infundindo vigor cumulativo ao fluxo da revolução.

Devemos levar em conta o que significam as pressões radicais de baixo para cima e o que estas acarretam a médio e a longo prazo de uma perspectiva socialista. Sobretudo, devemos analisar as transformações histórico-estruturais das relações entre as classes no Brasil no que ela possui de mais crucial no momento em que **o refluxo da contra-revolução posta pela crise prolongada do padrão de dominação e hegemonia autocrático-burguês cruza e conflita, de modo ainda oscilante, com o fluxo da revolução**. Como a transição prolongada exprime a reciclagem da ditadura do bloco de poder das classes possuidoras, que associa a grande burguesia estrangeira e nativa e o latifúndio, a luta contra o Estado autocrático-burguês deve dissociar-se das miragens da “democracia parlamentar representativa” e das “ilusões constitucionalistas” e converter-se em luta por uma democracia popular, proletária e socialista. Trata-se de um processo em fluxo, em estágio nascente, mas que liga internamente a revolução democrática conduzida pela maioria (das classes trabalhadoras, pelas classes trabalhadoras e para as classes trabalhadoras) à luta pela liquidação do poder dos monopólios, necessitando de um partido que contraponha, desde o começo, a democracia proletária à democracia burguesa.



DA RUPTURA COM O C.C. ÀS IDÉIAS PARAR A ORGANIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DE MASSAS.

O confronto de Prestes contra o comitê central (C.C.) do PCB - com suas raízes ideológicas e estratégicas de fundo, que levaram à rupturas incontornáveis dos princípios (Cf Anita Leocádia Prestes - "A Que Herança os Comunistas Devem Renunciar?", in Revista Oitenta, nº 4, Porto Alegre, nov. 1980) - agudizou-se diante do apoio do C.C. à "distensão-abertura" de Geisel e Figueiredo, à "constituente com João" à "conciliação" que implicava limitar a "oposição" ao governo aos meios e fins que a ditadura instituiu e "legitimou" coercitivamente através da violência tecnocrática-militarista. O C.C. por "espírito de docilidade", falseava a realidade, simulando pânico acerca do advento de um "retrocesso fascista"- num momento de desgaste da contra-revolução e da ditadura, em que tal "recrudescimento" não contava com a indispensável base econômica e social entre o grande capital e quando as próprias elites fascistóides (civis e militares) buscavam uma saída "conciliadora" de modo a encontrar na "cooptação por partes" da oposição o expediente para a crise do poder burguês e a recomposição da autocracia burguesa - o CC se colocava aquém do reformismo das forças burguesas mais avançadas, na situação de bombeiros da luta de classes desmoralizando-se no apoio à arquipelegos (Joaquinzão, Medeiros, etc) diante da combatividade espontânea do movimento operário e popular antiditatoriais. Prestes desmascarava indignado o direitismo conciliador do C.C. e denunciava o oportunismo da barganha pela legalidade, pois a legalidade dos comunistas não é um fim em si, mas um meio de defesa do direito do partido desenvolver as atividades próprias de comunistas na realização das tarefas revolucionárias do proletariado e lutar pela revolução. A legalidade tinha que ser "uma conquista do movimento de massas" e não "um compromisso com a ditadura incompatível com o caráter revolucionário" que deveria ter um partido comunista, "compromisso que colocaria o partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura" (Prestes, L. C. - Carta aos Comunistas, op. cit., p.21). Na sua réplica (cf. Voz da Unidade de 10/4 e 22/5 1980) o C.C. considerava Prestes "afastado do partido" e o acusavam de "golpista" por defender a derrubada da ditadura, de "esquerdista" por "buscar perigosas tensões" e de ser contra uma "ampla frente democrática". Prestes responde que luta pela unidade dos democratas **na luta contra a ditadura**, mas para acabar com ela e não para "aperfeiçoá-la" como "democracia forte sob tutela militar" e vê a nova composição do C.C. após seu "afastamento" como "mais um passo no caminho da traição à classe operária e dos interesses de nosso povo, de transformar o PCB em dócil instrumento dos planos de legitimação do atual regime" (Prestes, L. C. - "Nota contra o Documento do Coletivo", O Estado de São Paulo, 22/05/80). Prestes defende alianças táticas com "todo aquele que queira dar um passo sequer na luta contra a ditadura, para eliminar o militarismo e a legislação fascista", mas é contra a farsa embutida nas bandeiras superficiais de que a burguesia ia abrir caminho para a revolução democrática no Brasil, que levavam a colaboração com o grande capital e seus "próceres reacionários" (nominalmente Chagas Freitas, Tancredo Neves, Magalhães Pinto, ACM, entre outros), que fazem tudo para reciclar a ditadura e bloquear o desgaste de uma situação contra-revolucionária que a grande burguesia e suas elites criaram com suas próprias mãos. No entanto, "a tática é um auxiliar da estratégia" e só



com a clareza do **caráter socialista da revolução brasileira** (conclusão originada, como vimos, pela análise científica da nossa sociedade, onde tal caráter está irrevogavelmente determinado pelo desenvolvimento capitalista dependente-associado, que tira qualquer sentido de uma “etapa nacional-democrática”) é possível **agir com uma racionalidade revolucionária, que além de sóbria e ponderada, deve ser firme e persistente**. Se elementos da burguesia participaram da luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, é necessário sempre que a classe operária lute pela hegemonia, pois só assim se conquistará democracia para as massas e não só para os ricos e suas elites. No lugar dos “entendimentos de cúpula” e dos “acordos pelo alto” (que só são úteis quando apoiados num amplo e poderoso movimento popular), Prestes defendia a priorização da busca de formas de impulsionar as lutas populares a partir das fábricas e locais de trabalho como das variadas organizações de massa, de transformar as lutas espontâneas em movimento para dar real conteúdo de massas, operário e popular, à frente antifascista. Assim a classe operária liga a luta pelas liberdades democráticas à conquista de uma dignidade de vida mais elevada (eliminando a humilhação do arrocho salarial e do salário mínimo de fome, impondo soluções efetivas para erradicar a miséria, a fome e o desemprego exigindo respeito, ampliações e melhorias de seus direitos sociais, etc.) à transformação da estrutura sindical cupulista, burocratizada e sobre o controle dos pelêgos, à elevação de sua consciência política e ideológica. Desta forma a classe operária constrói seu “contrapoder” específico, constrói um poder real intrínseco à classe sobre o qual sustenta seu crescimento orgânico como classe independente em escala nacional, ficando em condições de construir **um partido revolucionário proletário** solidamente apoiado nas massas. Neste nível histórico o partido ganha relevo ímpar para desenvolver a clarificação revolucionária da consciência operária e a invenção de técnicas especificamente ofensivas de combate político, de modo a poder organizar um bloco de forças anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiária capaz de alcançar formas cada vez mais avançadas de democracia e chegar às transformações que deverão constituir os primeiros passos rumo ao socialismo e, portanto, à mais avançada democracia que a humanidade já conhece - a democracia socialista. (Cf. Prestes Hoje - “Entrevista”, Codecri, R.J., 1983, pp. 11 -73 passim).

Longe do sectarismo que o C.C. tentava imputar-lhe, a concepção de Prestes sobre **o caráter socialista da revolução** brasileira não entra em contradição com a **revolução democrática**, que começa “dentro da ordem”, ligando-se à necessidade de liquidar a ditadura e o padrão autocrático da dominação burguesa, (destruindo as estruturas sociais, políticas e militares que a tornaram possível e a sustentaram) com a necessidade histórica de proteger e acelerar a constituição do proletariado como “classe em si” (no sentido de Marx e Engels, uma classe capaz de tomar em suas mãos seu desenvolvimento independente). No entanto, o comunista coerente não quer só o “aperfeiçoamento da ordem”, mas a **destruição da ordem vigente**. A luta pela democracia para as massas é parte integrante da luta pelo socialismo, o combate pelas liberdades democrática e a luta pelos direitos dos trabalhadores convergem para a mesma luta pelo socialismo, fazendo avançar a constituição da classe em si de modo a criar as condições concretas para sua afirmação como “classe em si para si” (classe



identificada com suas tarefas revolucionárias comunistas) pondo em xeque a supremacia burguesa e o poder político da burguesia.

A partir de setembro de 1980, Prestes reativou a “Voz Operária” (antigo periódico do PCB, que não circulava há mais de um ano), para difundir as posições revolucionárias (estratégicas e táticas) em torno das quais se organizavam os comunistas que com ele haviam rompido organicamente como o C.C. (aberto também no início “aos que sem ter rompido, não aceitam as imposições desta desmoralizada direção”). Apesar das precárias condições materiais, da falta de jornalistas profissionais, das reduzidas tiragens e do caráter “artesanal”, de todo o trabalho editorial a nova “Voz Operária” publicou, em números mensais por cerca de três anos, um material de **publicismo revolucionário de elevada qualidade que está a espera de um estudo sistemático de conjunto**, (principalmente nos escritos de Prestes e Anita, mas não só). As análises de conjuntura procuravam atinar com as exigências e com as possibilidades revolucionárias de cada situação, delimitando as responsabilidades que os comunistas devem enfrentar nas condições presentes da sociedade brasileira, projetando nossas atividades concretas tendo em vista a natureza e o volume das tarefas que o proletariado poderá desempenhar a curto e médio prazo em seus confrontos políticos com as classes dominantes.

Vendo que o PCB, comandado por um C.C. atolado em conchavos espúrios com a reação, marchava irreversivelmente para a direita (para a plena socialdemocratização e “domesticação política”), Prestes abandona de vez qualquer expectativa maior quanto à “luta interna”, ainda que, sem romper os contatos com os setores com uma identidade comunista mais delineada e mais dispostos a lutar contra o oportunismo do C.C.. Em março de 1981, Prestes publicou na Voz Operária o artigo “O PCB completa 59 anos de Lutas pelos Interesses dos Trabalhadores, pelas Liberdades e por Todas as Causas Justas do Nosso Povo”, onde após valorizar os méritos históricos do partido e homenagear os comunistas que lutaram e morreram pela causa do socialismo, **centra a análise nas raízes dos erros cometidos**, pois “é impossível construir um partido efetivamente revolucionário, capaz de enraizar-se na classe operária, se se baseia numa falsa concepção da revolução”. Para **se pensar a sério a revolução**, torna-se imprescindível uma **rigorosa e conscienciosa autocrítica**, como arma para transformar a consciência das deficiências, fraquezas e misérias dos primeiros esforços, das deformações orgânicas do partido, dos graves erros e “sistemas de erros” do passado em **ensinamentos que nos permitirão construir um partido novo**, a “organização política de que necessita a classe operária e o nosso povo para chegar à revolução socialista”.

Já em março de 1982, por ocasião do 60* aniversário do PCB, a Voz Operária publica aquele que talvez seja o mais importante escrito do último Prestes: a “Proposta para a discussão de um programa de Soluções de Emergência contra a Fome, a Carestia e o Desemprego”. Partindo da discussão de problemas bem concretos “o que fazer, agora, diante da situação desesperadora em que se encontram as massas trabalhadoras em nosso país” - a “Proposta” analisa as causas da “crise econômica” brasileira, a articulação interna entre o “modelo econômico” e a orientação da intervenção do Estado autocrático burguês na economia e avança na formulação de um programa voltado para



incorporar os “excluídos” como força organizada na luta de classes ao lado das massas trabalhadoras. Coloca-se as necessidades dos “de baixo” no centro da luta política, procurando ligar as múltiplas táticas de luta, aparentemente dispersivas, de modo *a unir as reivindicações concretas e os pequenos combates ao fortalecimento de uma consciência de classe revolucionária inabalável*, na constituição e organização de *“uma alternativa efetivamente renovadora que abra caminho para as transformações socialistas”*. Se esta alternativa - no sentido de soluções completas definitivas e duradouras para os grandes problemas sociais do Brasil - é incompatível com as estruturas do capitalismo e só pode existir numa perspectiva socialista, “nunca deixamos de lutar por medidas parciais, que possam melhorar, mesmo que temporariamente, a situação econômica dos trabalhadores”.

Trata-se, sem dúvida de lutar por reformas mas não de “reformismo”. O oportunismo “reformista” ao propor uma via “legal” e “parlamentar” (negando a necessidade do salto revolucionário que deve representar a passagem da democracia burguesa à democracia socialista), não propõe uma via mais agradável (ou menos traumática) para atingir fins socialistas. Representa, na verdade, *a opção por um fim diferente*: a limitação da luta operária e popular aos limites da ordem burguesa, fica confinada à “democracia burguesa” como “objetivo último”, prende-se à “reforma capitalista do capitalismo” como “modernização conservadora” (controlada de cima) que reforça a burguesia tornando mais difícil e remota a revolução proletária. Em um país dependente e periférico tal oportunismo significaria uma capitulação acrítica frente ao “desenvolvimentismo”, tão cultivado pelas elites brasileiras, que significa continuar com as estruturas sociais arcaicas e excludentes, que cresceriam apenas em extensão, sem uma efetiva transformação democrática da sociedade. A contraposição rígida entre “reforma” ou “revolução” (ou “democracia” ou “revolução”) é, como já demonstrou Rosa Luxemburg, um expediente dos oportunistas para desviar a atenção dos operários da questão do poder, solidarizar-se com o capitalismo sem confessá-lo abertamente e abandonar os *objetivos socialistas* de socialização dos meios de produção e sua gestão democraticamente centralizada pelo auto-governo de produtores associados, substituindo-os pela miragem da “melhoria progressiva da qualidade de vida” sob o capitalismo (quando o capitalismo é o maior coveiro da qualidade de vida, sobretudo para os trabalhadores e as massas populares que experimentam uma miserabilidade crescente e uma exploração, esta sim, “progressiva”, mostrando a impotência daqueles que querem conciliar capitalismo e razão).

As lutas pelas reformas não substituem a luta frontal contra o poder burguês: são um instrumento para o desenvolvimento da mobilização, organização e consciência revolucionária do proletariado e seus aliados, na medida em que demonstrem que se não se transformarem as relações de poder - no sentido de liquidar o despotismo burguês na produção, sua supremacia na sociedade, civil, sua hegemonia cultural e sua dominação política através do Estado ao mesmo tempo em que se constrói um contrapoder operário e popular, que avança como poder de classe conquistando peso e voz na sociedade civil até conquistar o poder estatal, de modo a iniciar a revolução proletária - acabam por permitir um mero aprimoramento dos mecanismos de opressão e dominação burguesa. Nunca o movimento operário e popular deve limitar suas



reivindicações em nome da preservação da “democracia”, porque não é a sobrevivência do movimento socialista que está ligado à democracia, é a efetiva sobrevivência e aprofundamento da qualidade da democracia que se encontra ligada ao movimento socialista. ***Na perspectiva comunista há um elo indissolúvel entre reforma social e revolução: a luta pela reforma social é um meio, a revolução é o fim .***

A luta por reformas (ou pela revolução democrática) - pela melhoria da situação dos trabalhadores e pela ampliação democrática da ordem com a conquista de direitos, peso e voz para as massas graças ao enfrentamento das classes subalternas e oprimidas contra as classes dominantes e opressoras - é já a luta pela revolução socialista; é o único processo de iniciar a luta de classe proletária e de se orientar para seu objetivo final, isto é, para através da conquista do poder político e da transição socialista construir a nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, abolindo o capital e o sistema salarial na sociedade comunista. Deve-se partir dos problemas concretos do dia a dia, que são primordiais para o trabalhador de carne e osso - do bóia fria, que vem a ser o trabalhador semi-livre criado pela expansão do capitalismo no campo (expansão sem revolução agrária que recompõe o latifúndio), que vai lutar inicialmente pelas mesmas garantias sociais do trabalhador livre, dos sem-terra e seus acampamentos de ocupação que forçam a reforma agrária, do operário industrial que, mesmo quando trava lutas desenvolve um ***movimento ofensivo*** porque procura restringir o despotismo burguês dentro da fábrica - lutas que constituem processos complexos e que não permitem ficar em posições defensivas, são todas posições ofensivas que avançam para enfrentar o despotismo das classes possuidoras na esfera econômica e a supremacia burguesa na sociedade civil.

Os comunistas devem combater os preconceitos contra os miseráveis e articular o operário, o trabalhador da terra e a massa de oprimidos desenraizados que flutua no campo e nas cidades num programa mínimo de soluções, para seus problemas mais sentidos, combinando a análise dialética das situações políticas concretas com a ativa organização da classe operária em termos de relação com as amplas massas, onde a classe tem que ser o elemento condensador que irá permitir e orientar a mobilização ativa e permanente das massas. Por aí é necessário saber aproveitar a força e o entusiasmo das tradições democráticas de luta do povo de modo a fazer deslanchar um processo social onde, pela sua experiência as massas possam ultrapassar os objetivos imediatos de conquista das reivindicações específicas e aderir as idéias socialistas e à luta por um poder revolucionário, de modo à garantir seus ganhos parciais de forma duradoura e avançar para além deles na construção de uma sociedade humana.

A revolução socialista exige uma consolidação prévia das posições revolucionárias do proletariado. As revoluções deste século tiveram um período de incubação de vinte a trinta anos ou mais e foram fortalecidos, na fase de seu apogeu , por comoções de âmbito mundial do capitalismo. Apesar da gravidade da crise atual sofrida pelo capital em escala mundial, nem uma coisa nem outra estão presentes na situação brasileira atual. A consciência revolucionária e a clarificação do objetivo revolucionário estratégico precedem ao aparecimento da situação revolucionária; são eles que decidem se o “elemento subjetivo” estará presente quando “surgir a oportunidade”. No entanto,



se uma vanguarda de classes altamente consciente pode e deve preparar-se para a revolução, ela não pode criar ao sabor da vontade a situação histórica revolucionária, que como diz Lênin “ não se faz por encomenda”, pois depende de uma evolução extremamente complexa.

O radicalismo marxista procura atacar a raiz dos problemas, mas não se confunde com precipitações ou aventureirismo. ***A construção de um partido revolucionário proletário, também não é algo que dependa só da vontade dos agentes individuais, pois exige a formação de certos pré-requisitos humanos e sócio-políticos.*** Não temos ainda em nosso país “um grupo dirigente predominante efetivamente conhecedor do marxismo-leninismo” e faltam conhecimentos teóricos mais concretos sobre o “desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da evolução nele das classes sociais”, algo que “é muito difícil de conhecer, dada a complexidade da sociedade brasileira e das próprias diferenças regionais que a dividem” (Prestes L.C. - “Carta aos Companheiros de Santa Catarina”, RJ, 23/07/1987). “Em nosso país ainda não possuímos um livro semelhante ao escrito por Lênin em 1896 e publicado em 1899, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia ... porque na velha Rússia czarista já havia boas estatísticas e opiniões equilibradas e sensatas, confirmadas pela prática, baseadas em dados concretos”(ibdem),o que ainda não existe hoje no Brasil.

Prestes aborda o problema das condições e requisitos histórico-sociais da revolução proletária e da construção do partido revolucionário do proletariado segundo o enfoque marxista clássico da unidade entre a teoria e a prática. Referia-se constantemente à experiência de Lênin, que foi buscar a colaboração dos “socialistas de cátedra” para a construção do partido russo. É visível que no Brasil de hoje as pessoas com mais capacidade de refletir teoricamente são de origem universitária e tem um convívio abstrato com a teoria revolucionária, faltando-lhes um adestramento no movimento político real, dentro de tarefas práticas, pois a teoria revolucionária só ganha concreticidade quando ligada ao movimento concreto de crescimento do proletariado. É o crescimento do proletariado que permite criar condições novas para a reflexão teórica inventiva. Assim, o problema do “caráter da revolução em nosso país na época atual” e da elaboração estratégico-programática que lhe é adequada coloca a necessidade rigorosamente científica de produzir conhecimentos empíricos originais, novos conhecimentos teóricos sobre as vias concretas da revolução e uma reflexão crítica e criadora sobre a totalidade sócio-histórica, mas além disso, uma “postura radical, ou marxista”, escreve Prestes, “exige sensibilidade às mais diversas situações de injustiça compreender os diversos níveis de conflito presentes na sociedade, e, principalmente, um elevado grau de identificação com os interesses dos trabalhadores” (Programa de Emergência, Voz Operária, nº 178, março 1982; agora in: Prestes Hoje, op.cit., p,93).

A produção de um partido revolucionário empenhado em programar as suas atividades como meio de luta do proletariado é um processo histórico complexo: os militantes revolucionários que defendem posições comunistas precisam colocar-se na situação de classes dos proletários, proletarizar sua consciência social e caminhar por dentro da classe para fazer parte de sua vanguarda e agir tática e



estrategicamente como vanguarda política da vanguarda da classe na revolução social.

No momento em que o proletariado brasileiro já constituiu-se numa classe em si, isto é, consegue se tornar classe independente, classe capaz de lutar por um desenvolvimento independente de classes, colocando a solidariedade proletária e a defesa e desenvolvimento de sua própria organização acima das reivindicações econômicas imediatas (como aconteceu nas greves do ABC de 78, 79 e 80, de Volta Redonda em 84 e 88 e nas greves nacionais dos petroleiros em 94 e 95, assim como em muitos outros movimentos); no momento em que os proletários não querem mais ser a “cauda da burguesia” (virando a página daquela fase incipiente do amadurecimento do regime de classes capitalista, em que o movimento dialético do antagonismo de classes foi monopolizado pelo pólo burguês, o que se tornou um fenômeno do passado), neste momento muitos dos que se dizem de esquerda e mesmo comunistas não estão lutando pela consolidação do desenvolvimento de classes independentes. A maioria dos grupos e partidos ditos de esquerda limitam-se a um inconformismo retórico e, mesmo quando pregam a transformação da ordem, não mobilizam, não organizam, nem educam politicamente as classes trabalhadoras e as massas despossuídas, optando pela “ocupação do poder” burguês (se preciso através de alianças com os partidos da ordem). Ficam, assim, reduzidos à condição de partidos parlamentares micro-reformistas, como se a “esquerda” devesse ser um órgão ou uma função do Estado capitalista.

Ora, na situação do capitalismo monopolista da nossa época - em que há uma postura de contra-revolução permanente em escala mundial, agravada nas condições da periferia dependente gerando a combinação de “funções legitimadoras” do Estado com um rígido despotismo repressivo e com um sutil cerco manipulador que congrega todas as instituições chaves da sociedade - reduz-se drasticamente o potencial das reivindicações espontâneas e obreiristas ***e já não é possível pensar sequer em “defesa do trabalho” sem socialismo. Somente o socialismo proletário revolucionário*** (e não uma variante burguesa ou pequeno-burguesa de socialismo, em termos das exigências da situação brasileira sempre um pseudo-socialismo) ***responde às exigências da situação histórica***, permitindo que o proletariado e as massas populares conquistem um espaço próprio dentro da sociedade civil e possam usá-la para a realização de ***uma política revolucionária socialista***, ainda dentro da ordem (na conjuntura atual) ou contra a ordem (quando as classes trabalhadoras, graças ao seu movimento político, forem bastante fortes para destruir o poder burguês e colocar a transição socialista na ordem do dia; aí a recuperação do nome de comunista para o partido socialista revolucionário, efetuado por Lênin para designar o setor revolucionário da social democracia, revela seu caráter preciso, pois a transição socialista têm como objetivo, não a mera desagregação do capitalismo, mas a construção dos caminhos para o socialismo e o comunismo, por sua essência, constitui uma etapa da construção do comunismo).

Se os partidos comunistas tradicionais se encontram em crise, numa política defensiva (devido à causalidades complexas que merecem uma discussão específica que aqui não podemos fazer), ***o partido comunista se recria***. Apesar das perseguições, da



brutal repressão e dos graves erros cometidos ele não pode ser eliminado nem desaparecer enquanto vivermos numa sociedade de classes. **O movimento político do proletariado o reconstrói**, pois ele é a expressão política da classe mais avançada que surge na sociedade capitalista, mas que não é uma classe *dessa* sociedade burguesa; precisa dissolvê-la como única classe que é revolucionária até o fim e até o fundo, pois como já vimos, “a condição para a libertação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes” (Karl Marx - A Miséria da Filosofia, Global, S.P., 1985,[1847], p.160). Desde os primórdios do capitalismo, antes mesmo de conhecer seu papel libertador da humanidade, o proletariado vem lutando pelo seu direito a uma existência humana. O movimento revolucionário precisa de teoria revolucionária porque o conhecimento da “estrutura íntima” do modo de produção capitalista, das particularidades das formações sociais sob o domínio do capital, do Estado burguês e das múltiplas determinações e mediações dos conflitos sociais sob o capitalismo monopolista atual, assim como os problemas da reprodução social na transição do capitalismo para o socialismo sob o signo das exigências potenciais do comunismo é algo demasiado complexo para ser esclarecido suficientemente pelas formas de consciência originadas na vida cotidiana e nos modos espontâneos de indagação, percepção e explicação inerentes aos conflitos de classe imediatos, exigindo uma associação da ciência social crítico-dialético ao movimento socialista. A ciência sócio-histórica marxista se vincula à constestação da ordem, revolucionando por dentro a consciência de classe possível do proletariado e convertendo-se em força cultural revolucionária prática, pela mediação das organizações do movimento operário socialista (sindicatos, partidos e, noutro plano, conselhos, etc). É secundária a origem de classe dos cientistas sociais comunistas, pois se tornam intelectuais orgânicos do proletariado na medida em que é o movimento socialista que absorve, filtra e aplica os conhecimentos produzidos: se os conhecimentos são aproveitados, desenvolvidos, concretizados ou não - e em que sentido, com que eficiência, etc - tudo isto depende das condições objetivas e subjetivas da luta de classes. A consciência de classe é, sem dúvida, inseparável do reconhecimento de interesses particulares de classe, baseada na posição social objetivas das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade, mas a necessidade do partido proletário coloca-se justamente pela indispensabilidade da constituição de capacidades globalizantes de respostas teóricas e práticas da “classe que vive de seu trabalho”. aos complexos problemáticos da luta de classes, no plano especificamente político do movimento constitutivo do seu agir, do seu organizar-se e do seu fazer-se enquanto “classe em si e para si”. A constituição do proletariado em “classe em si e para si” implica, não apenas o desenvolvimento de uma consciência revolucionária auto-emancipadora da sua “tarefa histórica” de construir uma alternativa histórica viável à sua própria subordinação ao capital (tarefa enraizada nas contradições de seu próprio ser histórico - social), mas sobretudo o desenvolvimento de um **processo histórico real** de superação da necessidade de subordinação de qualquer classe à outra que implica uma **“universalidade auto-constituente”**: uma oposição prática consciente não somente à particularidade burguesa, mas à qualquer particularismo, inclusive aqueles que acompanham necessariamente todas as formas de “poder político propriamente dito” (cf. Marx, *ibden*), mesmo se este estiver nas mãos do proletariado (o partido e o Estado operário aparecem como “necessidades históricas”, isto é, como “necessidades em desapareção”, como carecimentos historicamente determinados que o avanço do



processo revolucionário, com o advento do comunismo, tornarão desnecessários, determinando sua extinção). Assim, o partido de vanguarda do proletariado aparece como alavanca da revolução socialista referida às mediações especificamente políticas necessárias e indispensáveis nos primeiros passos em direção a auto-realização do movimento socialista e auto-superação do proletariado, que abolindo todos os particularismos intrínsecos às classes sociais dá fim à subordinação estrutural necessária do indivíduo à sua classe, uma relação que é substituída pela unidade não alienada entre parte e o todo, entre indivíduo social auto-mediador e gênero humano emancipado (gênero em si e para si).

Ainda estamos muito longe desta possibilidade, mas este painel coloca a radicalidade da necessidade histórica atual de partidos de classe e especificamente de partidos operários comunistas. No Brasil a interrupção, não realização, ou realização parcial da revoluções historicamente necessárias - da revolução democrática, da revolução nacional, da revolução agrária - as deformações e perversidades do processo de urbanização e da transformação industrial, comprimiram uma formidável variedade de forças revolucionárias que tornam nossa sociedade grávida de revolução social. Os estudos de Lênin sobre a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” mostram como, em uma nação que vive certos processos com atraso, o proletariado, em aliança com “os de baixo”, acaba desempenhando tarefas históricas que foram da burguesia nas versões clássicas da revolução burguesa, mas que as burguesias nativas são impotentes para realizar (como a revolução democrática e a revolução nacional com a liquidação da dominação imperialista) e como, por aí, o proletariado pode capacitar-se a interferir profundamente na revolução dentro da ordem e dirigir uma precoce revolução contra a ordem, que vai além dos limites históricos da revolução burguesa com a construção de um poder revolucionário que abre caminho para a transição socialista.

São as condições concretas da luta de classes na formação social brasileira e as potencialidades revolucionárias dos trabalhadores na situação presente em processo, que tornam a construção de um **grande partido proletário revolucionário de massas** (que nunca é “tão grande” quanto o número de militantes e é também uma vanguarda política com um núcleo organizado permanente de “revolucionários profissionais” mas com uma irradiação e um potencial de lutas políticas que é de massas) **uma possibilidade objetiva e uma necessidade histórica premente** .

Ouvimos dizer que trata-se de um “sonho”. No entanto, como lembra Lênin citando Pissasev, “se o homem estivesse privado da capacidade de sonhar, se não pudesse adiantar-se e contemplar na imaginação o quadro inteiramente acabado da obra que se esboça entre suas mãos, não se poderia compreender que móbil levaria o homem a iniciar e levar a seu termo vastos e penosos empreendimentos nas artes, nas ciências e na vida prática... quando existe um contato entre o sonho e a vida, tudo vai bem”(V.I.Lênin - “Que Fazer?”, in: Obras Escolhidas, Vol. 1, Alfa-Omega, S.P., 1980, pp. 200-201). Sem sonhos políticos realistas não há nem pensamento revolucionário, nem ação revolucionária: o importante é conhecer as necessidades e possibilidades de humanização postas pela realidade histórica, incorporá-las na imaginação socialista e trabalhar escrupulosamente para convertê-las em realidade.



O caráter e a estrutura deste partido será determinado, naturalmente, pela função e conteúdo de sua atividade como “organização de revolucionários à serviço do movimento socialista”, adequando-se às necessidades e tarefas do proletariado na revolução brasileira, com a flexibilidade necessária para adaptar-se rapidamente às mais variadas condições e meios de luta. Prestes debruçava-se com espírito objetivo sobre a questão de como organizar o partido revolucionário no Brasil, ligando-a à questão da estratégia e das vias da revolução proletária (contra a ordem) em nosso país. Avesso a fraseologia vazia das pretensas vanguardas “radicais” pequeno-burguesas que se vêem como “demiurgos do real” e “criadores do movimento operário”, Prestes buscava saídas lastreadas nas exigências teóricas e práticas postas pela realidade nacional, insistindo na necessidade dos revolucionários adquirirem fôlego longo e perseverança e aprender a acompanhar o desenvolvimento da classe operária nas condições concretas da luta de classes.

O caminho que temos que percorrer é difícil e provavelmente longo. Devemos ter em vista: as dimensões continentais e não uniformes da realidade brasileira assim como as modalidades de manifestação atual do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; a persistência das formas de dominação tradicionalistas, produzidas por oligarquias exclusivistas e paternalistas, voltadas para impor uma “capitulação passiva” das massas destituídas e a rigidez do padrão autocrático de hegemonia burguesa vigente, que fomenta um despotismo voltado para a reprodução da marginalização política do proletariado e a exclusão econômica, social, cultural e política das massas; o fato de que, apesar de impotente para resolver os problemas sociais do Brasil (mesmo quando já se dispõe de amplos recursos técnicos para tanto), a burguesia brasileira ser a mais poderosa e bem organizada da América Latina e o fato de que mostrou-se capaz pelo menos de praticar uma auto-defesa violenta da ordem muito eficiente e de procurar uma sólida proteção no imperialismo. Por outro lado, devemos levar em conta: a necessidade de passar de um baixo para um alto potencial político de mobilização e organização da luta de classes pelos proletários e seus aliados; a necessidade incontornável de construir um novo tipo de movimento sindical e criar novos meios de luta organizada de massas (ou transformar e aperfeiçoar os existentes) para enfrentar a fase que se abre, para a “classe em si” já configurada, de luta para “derrubar a supremacia burguesa”, infundindo-lhes um salto na capacidade de ação conjunta e na irredutibilidade revolucionária; a necessidade também incontornável de construir um partido proletário revolucionário adequado às necessidades da revolução brasileira, etc..

Uma análise objetiva destes elementos - com base na “experiência anterior”, isto é, nas revoluções transcorridas em determinados países vistas através da dinâmica da sociedade de classes no Brasil - não permite antever um caminho nem muito fácil nem muito rápido para a evolução da revolução proletária no Brasil. Se um acontecimento imprevisto desencadeasse uma situação revolucionária (uma crise mundial do capitalismo, ou uma crise de hegemonia acompanhada da multiplicação da intensidade da atividade das massas, onde, como escreve Lênin, “os de baixo” **não queiram mais** e os “de cima” **não possam mais** continuar a viver de maneira antiga), os comunistas e as organizações operárias fugiriam à sua responsabilidade se não procurassem aproveitá-



la, indo na medida do possível à luta pelo poder. No entanto este “se” ainda não se configurou como possibilidade a vista e os comunistas devem preparar-se para uma luta de fôlego mais ou menos longa, ***aproveitando bem este fim de século e a próxima década*** para realizar sua aprendizagem, acumular forças e ganhar base social, produzir conhecimentos teóricos e prognósticos seguros sobre as mudanças das correlações de forças e inventar novas técnicas revolucionárias de agitação e luta para ***estar prontos e com probabilidades de aproveitar a situação revolucionária quando ela aparecer***, ou de, a partir de uma fase mais avançada da agudização da luta de classes ***ajudar a criá-la***. Na verdade, as condições objetivas e subjetivas da revolução proletária precisam ser construídas com muito esforço e tenaz paciência, para tanto é necessário tentar-se saber como engendrar ativamente estas condições partindo da situação atual, de modo a estar preparados para aproveitar uma “oportunidade histórica” e tirar proveito dela.

Por enquanto, na “fase de implantação”, os comunistas revolucionários devem concentrar-se na socialização socialista dos quadros, das bases e das massas. Na busca da interpenetração recíproca de teoria e práxis é necessário ir além do aproveitamento dos talentos teóricos e formação de novos intelectuais orgânicos integrando-os na política revolucionária e da educação dos quadros e das bases no conhecimento dos clássicos da teoria revolucionária e comunista; é necessário ***a proletarização da consciência social dos militantes e do próprio partido comunista***. A formação de uma minoria consciente é o pressuposto de um movimento de massa socialista (o que vem muito bem expresso no “Que Fazer?” de Lênin), mas os militantes revolucionários devem reeducar-se e ressocializar-se, pois mesmo que o revolucionário possua origem operária e uma ampla experiência proletária prévia, ***ele precisa ser moldado pela classe e não a classe por ele***. Se o todo predomina sobre as partes, a dialética do “quem educa quem?” possui duas mãos: é preciso aprender com a classe formando quadros treinados no esforço de decuplicação e mesmo centuplicação do potencial proletário de luta de classes, no esforço de revolucionamento de sua capacidade de auto-organização, auto-defesa e contra-ataque, ao mesmo tempo em que se promove ***o crescimento seletivo da vanguarda política no recrutamento das melhores lideranças escolhidas pelos próprios trabalhadores***; estes quadros, por sua vez, procurarão pôr sua experiência a serviço do ***amadurecimento político da identidade do proletariado com o caráter socialista de sua afirmação como classe***, favorecendo a sua socialização e educação política revolucionária no dia a dia da luta de classes.

Prestes colocou em primeiro lugar, no trabalho de constituição dos requisitos histórico-sociais prévios para a formação do partido, a necessidade de elevar o nível de organização das classes trabalhadoras e das massas populares juntamente com o enraizamento dos comunistas “através do contato direto e pessoal com os trabalhadores ... com homens, mulheres e jovens, tanto analfabetos como intelectuais... e levá-los a que se organizem em sindicatos ou noutras formas possíveis”; saber apoiar (apoiar de forma comunista) todas as lutas e protestos contra a exploração e a opressão das classes dominantes, conhecer de modo profundo e participante o leque enorme de situações diversas vividas pelos diferentes setores do proletariado e das massas subalternizadas do povo, ***conhecendo suas reivindicações específicas que não podem ser deduzidas especulativamente***, orientando o movimento espontâneo do



proletariado (preservando-o dos erros dos seus amigos e das ciladas do inimigo) na difícil tarefa de formação de uma sólida organização pela base, de desenvolvimento de uma disposição de luta inabalável e de uma firme consciência proletária revolucionária e na delicada tarefa de impedir que estas conquistas se deterioresem e se corrompam nos períodos de refluxo e calmaria da luta de classe. As lutas contra o arrocho salarial, a fome e a miséria; as lutas vinculadas ao emprego, à melhoria das condições de vida, trabalho e estudo; as formas de luta e as táticas ligadas aos comitês de fábrica ou de greve, às reuniões nos sindicatos e nas associações e comunidades locais, à proliferação de conselhos operários e populares, à reforma agrária e organização produtiva das ocupações de camponeses pobres e “sem terra”, à luta pelos direitos dos trabalhadores semi-livres e proletários rurais, à agitação entre os vários setores não proletários, etc..., **devem articular-se no marco de alternativas para o conjunto da sociedade:** o partido revolucionário deverá desempenhar funções criadoras na ligação entre si dos diferentes extratos com interesses específicos que conformam a realidade social dos oprimidos, orientando a formação de um bloco de forças sociais e movimentos de massas do campo e da cidade sob a direção da estratégia global do movimento proletário, voltado para a conquista em conjunto de medidas dirigidas para eliminar a dominação (no campo e na cidade) do capital monopolista.

Se estes caminhos se mostrarem árduos e difíceis, paciência! Dadas as proporções do Brasil e das tarefas políticas a serem executadas eles tem que ser trilhados por um partido que queira propor-se à condição de vanguarda política do proletariado e de meio válido da revolução proletária. Deve-se começar por um “esforço de caráter bem localizado” de implantação dos comunistas: “em cada cidade ou povoado fazer esforços para penetrar nas fábricas, nas fazendas, nas concentrações operárias e camponesas, como também nas escolas e universidades, nas repartições públicas e estatais”. Tal esforço pode parecer demasiado “modesto” para os “vanguardistas” com “complexo de onipotência” (que formulam seus modelos revolucionários à revelia da massa trabalhadora), mas na verdade constitui-se numa tarefa gigantesca, que exigirá militantes com grande integridade revolucionária, ansiedade de auto-aperfeiçoamento, identificação profunda com a “emergência do povo na história” (donde deve tirar sua força psicológica criadora e rebelde) e grande habilidade e flexibilidade tática. Só assim se constituirá um movimento de massas capaz de dar sustentação à criação e desenvolvimento de “um partido revolucionário que baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta conquiste um lugar de vanguarda reconhecida da classe operária”. Um partido que seja operário não só no nome (ou quando muito na propagação e difusão de ideologias e doutrinas revolucionárias), mas um partido que se proletarize radicalmente, convertendo-se **num partido proletário revolucionário “pela sua composição e pela sua ideologia”, pelos seus objetivos históricos, por sua orientação programática e por sua prática cotidiana, onde “a democracia interna, a direção coletiva e a unidade ideológica, política e orgânica seja uma realidade construída na luta**” (Prestes, L.C. - Carta aos Comunistas, op. cit., p. 17. Cf. tb. Carta aos Companheiros, 1987, op. cit., passim).

Assim como tantos outros militantes comunistas disciplinados, Prestes pagava um duro preço psicológico pela inexistência no Brasil de um partido capaz de abrir



novos rumos na transformação revolucionária da sociedade. No seu proverbial estoicismo revolucionário, não se lamentava, fazia o seu trabalho. Um homem não pode criar a história do seu país, mas pode participar criativamente dela. Procurava “colocar um tijolo na construção do socialismo no Brasil”, partindo da situação real, de modo a contribuir para o crescimento de um movimento proletário revolucionário que se capacite a criar as condições e os meios para tornar a missão necessária realizável. A vinculação da teoria com a realidade brasileira, pela experiência crítica e pela ação crítica, deve desembocar na elaboração de um comunismo “made in” América Latina, construído por nós (inclusive com a reconstrução crítica de uma nova história de nossa própria cultura), embora com raízes marxistas e leninistas, vinculando necessariamente a construção do partido comunista revolucionário às condições econômicas, sociais e políticas de nossos países e do Brasil em particular. Ética e política são o avesso uma da outra mas não se dissociam, pois há uma ética na política especialmente quando esta traça como seu objetivo superar a “pré-história da sociedade humana”, Prestes unia o realismo revolucionário da luta de classes com um comportamento exemplar, que por um lado mostra como os homens de hoje com personalidades que buscam o seu caminho verdadeiro do “fazer-se homem do homem” anunciam o “homem novo” e expressam a imagem - até agora sempre fragmentária - de uma “sociedade humana”, de um mundo de atividades que é digno de ser assumido como finalidade autônoma, e por outro lado, seu radical compromisso com a humanidade liga-se às exigências do presente na luta pela emancipação dos trabalhadores e dos oprimidos através da revolução socialista, que no caso brasileiro, além de ser uma revolução social e uma revolução democrática, será também uma revolução nacional, porque emancipará o país da dominação imperialista e recriará a nação a partir da classe operária e das massas populares da cidade e do campo. Prestes não foi do socialismo científico à revolução, foi da revolução ao socialismo científico, exprimindo um élan histórico revolucionário dos latino-americanos que não é recente, mas que se acumulou e concentrou no nosso século a partir das forças sociais mais profundas brotando dos “porões da sociedade” e que hoje aparece com um novo ponto de partida, como um germinar lento mas insufocável de uma revolução que é proletária - pela natureza de sua força motriz hegemônica, pelo seu modo de objetivar-se socialmente e pela nova forma de poder que deve originar - mas que exhibe a identidade latino-americana que a liberação nacional infunde à revolução socialista em nosso continente.

Neste fim de século assistimos o empenho das elites intelectuais ligadas às classes dominantes, com seus poderosos meios de propaganda, de “destruição histórica”, isto é, da memória histórica coletiva que vincula a compreensão da significação do passado com o conhecimento da lógica racional das batalhas coletivas pela humanização e liberação de ser social no presente em processo. No Brasil de hoje, uma consciência burguesa conservadora e farisaica, com disfarçado complexo de culpa pela promoção ativa de todas as ditaduras reacionárias e bárbaras que se abateram sobre o “povo insubmisso” ao longo do século, procura ocultar a importância de Prestes na história do Brasil e eliminá-lo da memória coletiva (ou, com o mesmo objetivo, prestam-lhe esporadicamente homenagens rituais oficiais, visando esterilizar o conteúdo revolucionário de sua vida, ação e pensamento, ensaiando uma operação ideológica de “pasteurização” de um grande vulto da história, como se fez com Tiradentes). No



entanto, o conteúdo real da obra de um homem não desaparece com sua morte: a figura de Prestes crescerá revelando sua verdadeira estatura, na medida em que o movimento socialista se consolidar e se expandir no Brasil, conservando sua “ vida de sacrifícios exemplares que o enobrecem como figura humana e agente histórico”(Florestam Fernandes, op.cit) como algo inalienável e vivo na memória do povo. ***Na atualidade histórica, a contribuição de Prestes como estrategista da revolução brasileira e seu esforço de equacionamento teórico e prático dos enigmas e caminhos do movimento comunista no Brasil*** representa ainda uma novidade insuficientemente assimilada: não é algo passado e tenderá a exercer uma função fundamental nas lutas do presente e do futuro imediato. Precisa ser estudado e levado seriamente em conta, não só por seus últimos companheiros de luta, pois não diz respeito só aos comunistas revolucionários, aos homens de esquerda ou, aos seus compatriotas, mas atinge a humanidade e a promessa de que “tudo o que é humano” só se dissociará da opressão quando a civilização moderna se depurar através do socialismo pois, como afirma num texto de janeiro de 1983, comentando o acerto de sua opção comunista feita na juventude (“Prestes Como Cheguei ao Comunismo”, Gazeta do Brasil, p.9): “no século XX num país capitalista, é impossível ser democrata revolucionário se, se teme marchar para o socialismo”.

Agosto de 1994.